



Influência da dívida pública no crescimento económico de angola no período de 2000- 2020

Influence of public debt on angola's economic growth from 2000- 2020

Influencia de la deuda pública en el crecimiento económico de angola entre 2000-2020

Luis Caala Tchitumba¹

Faculdade de Economia da Universidade Mandume Ya Ndemufayo
luischitumba7@gmail.com

Raúl Manuel da Cruz Dias²

Faculdade de Economia da Universidade Mandume Ya Ndemufayo
raulmanueldacruzdias@gmail.com

Agnaldo Dalton Mendes Guedes³

Faculdade de Economia da Universidade Mandume Ya Ndemufayo
agnaldodalton@gmail.com

Oswaldo Tchipuapua Peio Salazar⁴

Faculdade de Economia da Universidade Mandume Ya Ndemufayo
osvaldosalazar395@gmail.com

Resumo

O endividamento público em Angola aumentou substancialmente nos últimos anos, tendo o *stock* da dívida pública atingido valores que ultrapassam o do Produto Interno Bruto (PIB), levando à imposição de políticas fiscais contracionistas no país, o que resultou em alguma perda de soberania económica. A dívida pública foi encarada como inibidora do crescimento económico futuro, devendo ser corrigida através de medidas como o aumento de impostos e sobretudo a diminuição da despesa pública. Neste trabalho, foram estudadas as últimas duas décadas da economia angolana, procurando perceber em que medida a acumulação de dívida pública afectou o crescimento económico angolano. Partindo da análise da evolução histórica da dívida soberana e do PIB para o período compreendido entre 2000 e 2020, procedeu-se a uma análise econométrica, testando a relação entre estas duas variáveis. Através da construção de um modelo Regressão Linear

¹ Mestrando em Economia Monetária e Financeira, Investigador do Centro de Investigação Científica da Faculdade de Economia da Universidade Mandume Ya Ndemufayo.

² Doutorando em Políticas Públicas, Secretário para a Administração do Centro de Investigação Científica da Faculdade de Economia da Universidade Mandume Ya Ndemufayo.

³ Mestrando em Economia e Finanças Públicas, Docente e Investigador do Centro de Investigação Científica da Faculdade de Economia da Universidade Mandume Ya Ndemufayo.

⁴ Mestrando em Economia e Finanças Públicas, Docente e Investigador do Centro de Investigação Científica da Faculdade de Economia da Universidade Mandume Ya Ndemufayo.

Múltipla (RLM), os resultados do estudo apontam que a dívida pública tem um efeito negativo no crescimento económico angolano, isto é, um aumento da dívida pública na ordem de 1% reduz o crescimento económico angolano em 0.1803%.

Palavras-Chave: Crescimento Económico, Dívida Pública, Regressão Linear Múltipla.

Abstract

Public debt in Angola has risen substantially in recent years, with the stock of public debt reaching levels that exceed the Gross Domestic Product (GDP), leading to the implementation of contractionary fiscal policies in the country, which has resulted in some loss of economic sovereignty. Public debt was viewed as an obstacle to future economic growth and needed to be addressed through measures such as tax increases and, above all, reductions in public spending. This study examines the Angolan economy over the past two decades, seeking to understand the extent to which the accumulation of public debt has affected Angolan economic growth. Based on an analysis of the historical evolution of sovereign debt and GDP for the period between 2000 and 2020, an econometric analysis was conducted to test the relationship between these two variables. Through the construction of a Multiple Linear Regression (MLR) model, the study's results indicate that public debt has a negative effect on Angolan economic growth; that is, a 1% increase in public debt reduces Angolan economic growth by 0.1803%.

Keywords: Economic Growth, Public Debt, Multiple Linear Regression.

Resumen

En los últimos años, el endeudamiento público en Angola ha experimentado un crecimiento sustancial, alcanzando niveles que superan el Producto Interno Bruto (PIB). Esta situación ha derivado en la implementación de políticas fiscales contractivas y en una preocupante erosión de la soberanía económica nacional. Bajo la premisa de que la deuda pública actúa como un inhibidor del desarrollo, su corrección suele plantearse mediante el aumento de la presión fiscal y, fundamentalmente, la reducción del gasto público. El presente trabajo analiza las últimas dos décadas de la economía angoleña (2000-2020) con el objetivo de determinar en qué medida la acumulación de deuda soberana ha condicionado el crecimiento del país. Para ello, se aplicó un análisis econométrico basado en un modelo de Regresión Lineal Múltiple (RLM) que evalúa la relación entre ambas variables. Los resultados confirman que la deuda pública ejerce un impacto negativo sobre el crecimiento económico angoleño; específicamente, el modelo sugiere que un incremento del 1% en el stock de la deuda reduce el crecimiento económico en un 0.1803%. Se concluye que la gestión del endeudamiento es un factor determinante para recuperar la estabilidad y el dinamismo de la economía nacional.

Palabras clave: Crecimiento económico, Deuda pública, Regresión lineal múltiple.

Introdução

A dívida pública angolana nos últimos anos atingiu valores preocupantes que colocam em causa a estabilidade da economia angolana, registando um pico de 135% do PIB no final de 2020, fruto da política económica adoptada, que não tem sido capaz de conter a depreciação da taxa de câmbio real e o baixo crescimento económico em relação ao crescimento demográfico. Espera-se que o rácio da dívida pública/PIB diminua rapidamente, devido às políticas adoptadas no âmbito do programa de reformas, para 63% até ao final de 2025. Mesmo diante de prementes desafios, a dívida pública angolana continua a ser sustentável, de acordo a avaliação do Fundo Monetário Internacional (FMI). É necessário seguir o caminho da disciplina orçamental e a aplicação de reformas estruturais promotoras de crescimento, embora os riscos ainda sejam elevados. A dinâmica da dívida permanece altamente vulnerável a novos choques, gerando diminuição de investimentos noutros sectores da economia, com realce para o sector social que se vai deteriorando ao longo dos anos.

Com este roteiro de investigação científica, pretendemos dar resposta à seguinte questão de investigação: Qual é o impacto da dívida pública sobre o crescimento económico angolano no período de 2000 a 2020?

A escolha deste tema prende-se ao facto de que, em Angola, pouco se sabe sobre o real impacto da dívida pública sobre os destinos de crescimento económico do país, abrindo assim um vasto caminho por se explorar nesta área da economia nacional. Além disso, a redução da dívida pública, acompanhada de um PIB crescente e sustentável, é primordial para o desenvolvimento, podendo trazer benefícios à população a todos os níveis da sociedade sem que efeitos colaterais graves ocorram. Portanto, este trabalho pode servir como base de informação e discussão entre pessoas interessadas em tratar do crescimento sustentável do país.

Para ser responder à questão de investigação, formularam-se as seguintes hipóteses:

Hipótese Nula (H0): A dívida pública teve um impacto negativo sobre o crescimento económico de Angola no período de 2000 a 2020.

$$H_0: 2 < 0$$

Hipótese Alternativa (H1): A dívida pública teve um impacto positivo sobre o crescimento económico de Angola no período de 2000 a 2020.

$$H_0: 2 > 0$$

Para alcançar o objectivo proposto, a pesquisa apoia-se em pesquisa bibliográfica e a abordagem empírica através da regressão linear múltipla pelo método dos mínimos quadrados ordinários.

Fundamentação teórica

Dívida Pública e Crescimento Económico: Conceitos

De acordo Alvim et al. (2017), o orçamento do Estado é um documento apresentado sob forma de lei, que comporta uma descrição detalhada de todas as receitas e todas as despesas do Estado propostas pelo Governo, autorizada pela Assembleia da República e antecipadamente previstas para um horizonte temporal de um ano.

Para Tavares e Dos Santos Muhongo (2021), constituem receitas do país: o total dos impostos, as multas e outras penalidades, as taxas, preços públicos e contribuições especiais, os rendimentos financeiros, as transferências e outras receitas previstas na lei. Essas receitas são, *a priori*, o montante de recursos de que o governo disporá para financiar as suas próprias despesas, entre elas os encargos fixos e permanentes com o pessoal, os contratos de empreitada e de fornecimento em curso, as despesas permanentes objecto de contratos, o reembolso de empréstimos contraídos e as transferências correntes de capital impostas por lei ou assumidas pelo Estado. Assim, para Calaça e Santos (2000), resultam três relações possíveis, entre receitas e despesas:

- I. *superavit*: quando as receitas forem maiores que as despesas totais do governo;
- II. *equilíbrio*: quando receitas e despesas forem iguais;
- III. *défice*: quando as despesas do governo forem maiores que as receitas.

No sentido de financiar a existência de défices orçamentais, as autoridades podem recorrer a várias formas de financiamento. Entre as mais usadas pelo Estado para obter recursos financeiros quando as despesas orçamentais são superiores às receitas orçamentais num determinado ano, importa destacar as seguintes: emissão da dívida pública; a alienação de património do Estado; ou ainda o financiamento monetário junto do Banco Central. O recurso à dívida pública é a forma mais viável de financiamento de eventuais défices orçamentais (Pereira, 2009).

Dívida Pública

Para Loureiro e Calabrez (2020), Dívida Pública é o produto de situações passivas quando o Estado, para fazer face às necessidades a si acometidas, recorre ao crédito público.

Pode-se aferir duas formas de Dívida Pública (entendida como crédito público):

Página | 64

Stricto sensu – quando o crédito é público, titulado pelo Estado e contraído na base de empréstimos público.

Lato Sensu – quando compreende à dívida pública, contraída, para além dos empréstimos público, de diversas transacções empresariais.

Porém, no domínio da actividade financeira pública do Estado, quando se faz referência à dívida financeira do Estado ou de todo o sector público, considera-se o seu sentido restrito, correspondendo apenas a situações passivas em que o Estado é titular em virtude do recurso aos empréstimos públicos (Schwarzbach, 2008).

No ordenamento jurídico angolano, dívida pública é o conjunto de situações passivas que resultam para o Estado o recurso ao crédito público, podendo ser directa ou indirecta.

De acordo Mutange (2025), estamos diante de empréstimos público quando o mesmo é concedido ao Estado um meio de liquidez através de uma transferência para, em tempo posterior, cumprir com a sua obrigação, reembolsando o valor recebido com o pagamento de juros.

Classificação da Dívida Pública

A Dívida Pública é classificada de acordo com diversos critérios que, segundo Rocha (2021), podem ser:

Quanto ao território

Dívida pública interna: aquela que é contraída pelo Estado com entidades de direito público ou privado, com residência ou domicílio no país, em que o pagamento é exigível em moeda nacional.

Dívida pública externa: aquela que é contraída pelo Estado com outros Estados, organismos internacionais ou outras entidades de direito público ou privado com residência ou domicílio no país e cujo pagamento é exigível em moeda estrangeira.

Quanto à duração

Dívida pública perpétua: são aquelas que o Estado contrai, obrigando-se a pagar um certo juro anual, mas não a proceder ao respectivo reembolso.

Dívidas públicas temporárias: são aquelas que o Estado contrai, obrigando-se a pagar um certo juro anual e a proceder ao respectivo reembolso.

Quanto à posição dos credores

Dívida pública forçada: acontece quando, em determinadas circunstâncias, o Estado exige que os cidadãos emprestem, segundo determinadas condições impostas por ele mesmo.

Dívida pública voluntária: acontece quando o Estado consegue obter fundos de que necessita sem forçar os credores.

Sustentabilidade da Dívida Pública

A literatura não identifica inequivocamente a definição e a melhor metodologia para avaliação da sustentabilidade da dívida pública. No que respeita à definição, pode afirmar-se que a sustentabilidade da dívida assume duas vertentes: a observância da restrição orçamental inter-temporal do governo no médio e longo prazo e, no curto prazo, o cumprimento dos compromissos assumidos, através do acesso regular aos mercados financeiros (A. da Rocha *et al.*, 2014).

Navarro (2022), citando Blanchard (2011), alerta que a sustentabilidade da dívida pública deve ser estudada por haver perigos em se ter uma dívida pública muito alta, visto que ela pode levar a círculos viciosos e a uma condução extremamente difícil da política fiscal. Quando a trajectória do coeficiente de endividamento alcança patamares muito elevados, o Governo, ao realizar cortes de gastos ou aumento de impostos, incorre em custos políticos que geram incerteza política e necessidade maior de juros. Assim, o aumento da taxa de juros tende a reduzir a taxa de crescimento, dificultando a estabilização da razão dívida-PIB.

Com base no preço de exportação projectado do petróleo angolano (USD 72/barril) para 2018, o saldo orçamental global passaria a registar um ligeiro superavit de 0,4% do PIB, o primeiro desde 2012, coerente com a melhoria do défice primário não petrolífero em 3,8% do PIB. Tendo em vista a dificuldade em aumentar a receita não petrolífera no curto prazo, a consolidação imediata deverá advir principalmente da redução da despesa corrente (manter os aumentos salariais abaixo da inflação, concentrar as novas contratações em áreas prioritárias e racionalizar as despesas em bens e serviços) e a calibragem das despesas de investimentos para eliminar excessos anteriores e ter em conta a capacidade de execução (Salgado, 2021).

Crescimento Económico

Para Rocha *et al.* (2014), o crescimento económico corresponde ao aumento da produção numa dada economia e, conseqüentemente, ao aumento do consumo. Assim, podemos afirmar que o crescimento económico se pode manifestar pelo aparecimento de mais produtos no mercado: mais automóveis, mais alimentos, mais vestuário, mais electrodomésticos ou mais divertimento e cultura.

Henriques *et al.* (2017), conceituam crescimento como um fenómeno de natureza quantitativa, que define a evolução da actividade económica. O crescimento traduz-se na expansão da produção, incluindo o progresso técnico, modifica as estruturas, implica aumento de investimento, desenvolvimento do comércio e aumento do consumo.

O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia com o objectivo de mensurar a actividade económica de uma região/país. Neste sentido, ele (por meio da sua variação) é um dos indicadores mais usados para medir o crescimento económico.

Visão Tradicional

Segundo a Teoria Clássica, o financiamento do *déficit* público ou de investimentos através da tributação implicará a diminuição de recursos, formadores de poupança privada destinados ao consumo ou ao investimento privado, comprometendo as taxas de crescimento económico, uma vez que estas dependem do consumo e do capital circulante (Valério, 2000).

António referencia que:

Os Keynesianos argumentavam que o orçamento do governo deveria ser usado para promover o nível de demanda agregada consistente com o pleno emprego:

- Em primeiro lugar, uma elevação nos gastos do governo com bens e serviços provoca um aumento directo da procura. À medida que o governo gasta mais, construindo estrada e barragens ou investindo em educação e defesa nacional, essas despesas aumentarão a demanda no mercado de bens e serviços.
- Segundo, mudança na política tributária também influencia a demanda. Quando uma economia está a operar abaixo da sua capacidade potencial, o modelo Keynesiano sugere que o governo deva instituir uma política fiscal expansionista (António, 2022, p. 33).

De acordo com Mankiw (2008), uma redução nos impostos financiada por endividamento estimula os gastos por parte do consumidor e diminui a poupança nacional. Esse aumento do gasto por parte do consumidor gera maior procura e uma renda mais alta no curto prazo, mas acarreta um estoque de capital mais baixo e uma renda mais baixa no longo prazo.

Tavares (2024) enfatiza que a visão económica clássica defende a transferência entre gerações dos encargos resultantes da dívida pública, desde que essa dívida tenha sido constituída para financiar investimentos de longa duração, que venham a beneficiar as gerações futuras.

Ainda Tavares enfatiza que:

No século XIX, criticou-se o recurso ao crédito público, por ser uma forma de transferir encargos das gerações presentes para as gerações futuras, vinculadas ao reembolso. Esta crítica será válida, sempre que o emprego do empréstimo não se dirija a aplicações reprodutivas (ou, claro, de sobrevivência nacional): se ele der origem a um aumento do rendimento nacional, afinal também as gerações futuras beneficiarão disso. Pensando assim, não restam dúvidas de que a transferência de

dívida para o futuro não é aceite quando esta financia tão-somente as despesas do presente, tornando ilegítima a translação dos encargos sem os correspondentes benefícios. A equidade intergeracional será obtida quando cada geração for tributada de acordo com os benefícios recebidos, de tal maneira que o endividamento seja uma forma de distribuir os custos financeiros entre as diversas gerações, de forma proporcional aos bens e serviços postos à disposição (Tavares, 2024, p. 14).

Visão Ricardiana

A Teoria da Equivalência Ricardiana defende que não há diferença entre o financiamento do déficit público, via tributos ou endividamento. De acordo com esta teoria, a dívida pública actual equivale aos impostos futuros e os impostos futuros a serem usados para o pagamento da dívida são idênticos aos impostos presentes, diferindo apenas quanto ao momento da sua cobrança (Tavares, 2014).

Dos Santos e Sampaio (2012) destacam que alguns economistas, como Gomes (2016) e Loureiro (2020), não acreditam que o déficit ou a dívida pública imponha um custo para a sociedade. Esses economistas acreditam na equivalência ricardiana, a preposição de que não importa se os gastos do governo são financiados por impostos ou pela emissão de títulos.

Segundo esta concepção, os indivíduos têm uma visão alargada sobre o futuro e fazem parte de uma sucessão de membros de uma família, como uma dinastia. Os pais preocupam-se não apenas com o seu próprio consumo, mas com o bem-estar dos seus filhos; os filhos, por seu turno, preocupam-se com o seu próprio bem-estar; etc. Esta designada «preferência dinástica» implica que o horizonte da actual geração se projecte no futuro indefinido através da preocupação sucessiva de cada geração com os seus descendentes. É aqui que surge o resultado surpreendente: o governo reduz os impostos, mas não altera as despesas e isso exigirá necessariamente o aumento do endividamento do Estado. Não alterando as despesas, o governo terá de aumentar os impostos para pagar os juros deste novo endividamento algures no futuro. Na visão ricardiana, os consumidores têm expectativas racionais acerca da política futura, de modo que, quando ocorre um corte nos impostos, sabem que têm de se preparar para um futuro aumento dos

impostos. Por isso, irão aumentar a sua poupança no montante da redução dos impostos e o consumo manter-se-á inalterado. Além disso, as pessoas levam em conta o bem-estar dos seus filhos, mesmo que o futuro aumento dos impostos ocorra após a sua morte; portanto, terão poupado o suficiente para aumentar a herança para os seus filhos poderem pagar os impostos adicionais. O resultado é que, na visão ricardiana, as variações nos impostos não têm qualquer impacto sobre o consumo. A visão ricardiana da dívida e dos défices lançou uma enorme controvérsia entre os macroeconomistas. Os críticos apontam que isso exige que as famílias tenham uma visão alargada do futuro, planeando deixar herança aos seus filhos e que estão constantemente a sopesar os seus próprios interesses com os dos seus descendentes. A cadeia seria quebrada quando não houvesse filhos, heranças, nenhuma preocupação com filhos ou uma fraca visão do futuro. Os dados empíricos até à data não têm sido favoráveis à visão ricardiana, (Samuelson & Nordhaus, 2005).

Dívida Pública e Crescimento Económico: Teorias e Estudos Empíricos

Nenhuma questão macroeconómica é actualmente mais controversa do que o impacto de grandes défices sobre a economia. Alguns argumentam que défices elevados estão a colocar um fardo sobre as gerações futuras. Outros replicam que há pouca informação acerca do impacto dos défices sobre as taxas de juro ou o investimento. Um terceiro grupo ainda argumenta que os défices são favoráveis à economia (Samuelson & Nordhaus, 2012).

Pereira (2009) destaca que, ao nível das contas públicas, a existência continuada, estrutural, de elevados défices orçamentais com a consequente necessidade de recorrer à dívida pública por parte do Estado poderá indiciar alguns problemas na condução da política orçamental.

A dívida pública, se ocorrer de forma adequada, poderá acarretar um salto na economia, como uma ferramenta para os governos financiarem os seus investimentos e os seus demais gastos. Entretanto, se a dívida aumentar de maneira excessiva, poderá esta surgir como um empecilho ao crescimento, fazendo com que o ente governamental envolva parte dos seus recursos ganhos com a rolagem desta dívida, prejudicando futuros investimentos e benfeitorias para a população, como, por exemplo, a redução de políticas sociais e de obras públicas. A dívida pública em valor considerável do PIB pode impor à sociedade dois tipos de sacrifícios: a redução do montante de capital na economia e, por

consequente, das rendas futuras e os salários reais; além disso, implica uma grande dívida pública, o que significa que as futuras gerações terão de pagar mais impostos para financiar os juros da dívida (Tavares, 2014).

Samuelson e Nordhaus (2012) argumentam que a ideia principal acerca do impacto de uma grande dívida pública sobre o crescimento económico é que uma grande dívida tende a reduzir o crescimento do produto potencial pois remove o capital privado, aumenta a ineficiência pela tributação e força um país a reduzir o consumo para pagar o serviço da dívida externa.

O endividamento do governo pode, potencialmente, vir a apresentar outros efeitos. Um elevado grau de endividamento governamental ou grandes défices orçamentais podem vir a estimular a expansão monetária excessiva e, por conseguinte, acarretar uma inflação ainda mais elevada. A possibilidade de incorrer em défices orçamentais pode estimular os políticos a injustificadamente onerar as gerações futuras, na implementação de impostos e os gastos do governo. Um alto nível de endividamento do governo pode fazer com que cresça o risco de fuga de capital e diminua a influência da nação em torno do mundo (Mankiw, 2010).

De facto, quando surgem dúvidas sobre a capacidade de um país controlar o seu nível de endividamento, os credores e os mercados financeiros internacionais começam a abandonar as aplicações no país e/ou a exigir um prémio de risco mais elevado, o que faz subir a taxa de juro e os custos dos empréstimos. Ao mesmo tempo, e pelas mesmas razões, reduz-se o investimento e o crescimento económico, aumentando assim a diferença entre a taxa de juro e a taxa de crescimento do produto, o que faz subir mais rapidamente o rácio da dívida e leva os potenciais financiadores a exigir taxas de juros mais elevadas. Perante a possibilidade de desenvolvimento de um ciclo vicioso desta natureza, os Governos devem esforçar-se para não perder o controlo das finanças públicas, nem a confiança dos mercados de capitais (Pinto *et al.*, 2015).

Um dos estudos mais influentes sobre este tema é o de Reinhart e Rogoff (2010), citado por Aragonez (2016). Estes autores estudam uma relação sistemática entre os elevados níveis de dívida pública, o crescimento e a inflação de 44 economias num período de aproximadamente 200 anos (1790-2009). As suas conclusões baseiam-se na comparação

da média e da mediana das taxas de crescimento do PIB, de quatro classes do nível do rácio de dívida pública por PIB. Esta análise foi feita separadamente para países desenvolvidos e mercados emergentes. A grande descoberta dos autores é que não existe uma relação óbvia entre a dívida pública e o crescimento económico até a dívida atingir o patamar dos 90% do PIB. Contudo, constata-se que, para níveis de dívida pública sobre o PIB que ultrapassam o limiar dos 90%, estão associados valores baixos de média e de mediana da taxa de crescimento. Verifica-se, desta forma, uma correlação negativa entre a dívida pública e o crescimento económico a partir dos 90%.

Um estudo desenvolvido por Simões (2016) aplica a metodologia de regressão *kinked* com um limiar desconhecido para a economia brasileira no período compreendido de 1999 a 2017, com o objectivo de testar se existe uma relação não linear entre dívida pública e crescimento e estimar qual valor limiar da razão dívida/PIB a partir do qual exista uma relação negativa entre essas variáveis. Mostra que as estimativas pontuais confirmam a hipótese levantada por Reinhart e Rogoff (2010) de que existe um efeito não linear no nexo dívida-crescimento.

No caso brasileiro, esse valor limiar é estimado endogenamente em 61,30%, ou seja, à medida que a relação dívida/PIB fica acima de 61,30%, o efeito da dívida no crescimento é negativo. De forma mais específica, caso a Dívida/PIB $> 61,30\%$, um acréscimo de 1% na relação Dívida/PIB reduzirá o crescimento em 0,07%. Para valores da Dívida/PIB $< 61,30\%$, um aumento de 1% na relação Dívida/PIB aumenta 0,447% o crescimento económico.

Tabela 1 Síntese de Estudos empíricos sobre dívida pública

AUTORES	DESCRIÇÃO DO ESTUDO
Clement (2003), citado por Alvim (2017)	Estudam a relação de altos níveis de dívida em países de baixa renda, em especial os que são candidatos a programas de renegociação e perdão de dívidas. Os resultados encontrados permitem afirmar que dívidas acima de 50% do PIB em valor presente começam a afectar negativamente o crescimento de longo prazo em países de baixa renda. O efeito negativo dá-se principalmente pela diminuição da eficiência no uso de recursos e não pela queda no investimento privado. A dívida externa também

		afecta o crescimento por via do efeito em investimento público devido aos custos com serviço da dívida.
Cordella <i>et al.</i> (2009), citados por Gomes (2016)		Analisam a existência de um ónus ou irrelevância da dívida para o crescimento de longo prazo em diferentes países, a fim de determinar se programas de renegociação/refinanciamento de dívida pública podem impulsionar o crescimento. Os seus resultados demonstraram que o efeito da dívida sobre o crescimento é mais evidente em países cujas economias são mais consolidadas: entre 20-25% do PIB, haveria efeito negativo da dívida sobre o crescimento e, acima de 80%, começaria a tornar-se irrelevante. Por sua vez, em países com políticas e instituições menos desenvolvidas e confiáveis, haveria uma relação mais fraca entre crescimento e dívida e o limiar de peso e a irrelevância seria mais baixa também, 10-15% e 20-30%, respectivamente. Em suma, países institucionalmente mais fortes experimentam influência mais severa da dívida sobre o crescimento, enquanto países com menor qualidade institucional experimentam relação mais ténues entre ambos factores.
Checherita e Rother (2010)	e	Concluíram que não existe uma relação linear entre a dívida pública e o crescimento económico. No entanto, quando o rácio da dívida pública relativamente ao PIB se fixa entre 90% e 100%, causa efeitos nefastos no nível do crescimento económico, sendo que os efeitos do acentuado crescimento da dívida pública começam a ser sentidos quando o rácio se situa entre 70% e 80%, o que aponta para a necessidade de políticas de endividamento público mais prudentes. A dívida pública influencia a taxa de crescimento económico através dos seguintes canais: poupança privada, investimento público, produtividade total e as taxas de juro soberanas reais e nominais a longo prazo.
Kumar e Woo (2010), citados por Schwarzbach (2008)		Os resultados deste estudo apontam para uma relação inversa entre o nível inicial da dívida pública e o crescimento económico. Para um nível de dívida pública entre 60% e 90% do PIB, um aumento de 10% na dívida pública causa uma redução de 0.2% por ano no

PIB, sendo o impacto menor nos países desenvolvidos. Entretanto, existe evidência de que a relação entre dívida pública e crescimento económico não é linear. No entanto, consideram que os efeitos adversos se devem essencialmente à redução na produtividade e é explicado pela redução do investimento e do *stock* de capital. Concluíram igualmente que a diminuição do crescimento económico pode ocorrer através de uma variedade de canais: aumento da taxa de juro de longo prazo, possibilidade de aumentos de impostos, elevada inflação, grande incerteza, ou então a vulnerabilidade a crises. Os autores afirmam que elevados níveis de dívida podem contribuir para a redução do crescimento potencial.

Fonte: António (2021).

Dívida Pública Angolana

Evolução da Dívida Angolana

Tabela 2. Evolução da dívida angolana

DATA	Dívida total (M.\$)	Dívida (%PIB)	Dívida per capita (M.\$)
2000	14.953	133,91	873
2001	12.406	113,51	\$ 703
2002	11.271	73,74	620
2003	10.326	57,97	552
2004	11.238	47,72	583
2005	12.372	33,46	623
2006	9.810	18,73	480
2007	13.734	21,04	652
2008	27.782	31,38	1.281
2009	39.584	56,30	1.772
2010	31.142	37,16	1.353
2011	33.043	29,56	1.394
2012	34.178	26,56	1.400
2013	45.318	33,15	1.802
2014	58.008	39,81	2.240
2015	66.339	57,09	2.486
2016	76.513	75,66	2.782
2017	84.589	69,32	2.981
2018	94.253	93,00	3.059
2019	95.971	113,55	3.016
2020	79.706	136,83	\$ 2.425

Fonte: <https://pt.countryeconomy.com/>

Gráfico 1. Evolução da dívida (%PIB)

Com o fim efectivo da guerra civil angolana em 2002, deu-se o surgimento de uma nova era na economia angolana. Por um lado, a redução dos gastos militares levou à diminuição de uma boa parte da dívida pública que era destinada ao sustento militar (logística, armamentos e fardamento, etc.); e, por outro lado, o bom momento que gozou o mercado petrolífero a nível global com preços elevados, fez com que a economia angolana conseguisse arrecadar uma boa receita verificada, na época que contribuiu bastante para a diminuição da dívida pública angolana de (133,9%, em 2000, para 47,7%, em 2004) e para um bom ritmo de crescimento económico. Entre 2005 e 2008, a dívida pública angolana demonstrou uma relativa estabilidade, com uma média de 23.7%, beneficiando de um bom crescimento das receitas, principalmente em 2007 e 2008. Em 2009, a dívida pública registou um relativo aumento para 56,3%, algo que foi motivado pela diminuição das receitas (sobretudo petrolíferas) devido à crise financeira global e, entretanto, voltou a diminuir para 42,8% no ano seguinte.

Com o empenho na reconstrução do país no pós-guerra e o bom desempenho do sector petrolífero, as aplicações das receitas geradas pelo mesmo sector na dinamização da economia deram um impulso significativo no crescimento da actividade económica, o que permitiu ao país registar uma das maiores taxa de crescimento económico do mundo entre os países menos desenvolvidos, pese embora o país, neste período, não tenha aproveitado para conduzir reformas económicas estruturantes, o que foi sentido nos anos posteriores, o resultado de uma política económica que se preocupou apenas com o momento em que vivia. Entre 2010 e 2014, verifica-se um período de estabilização do *stock* da dívida, por volta dos 33% do PIB, (ver a gráfico 1 em cima). Enquanto, no período compreendido entre 2014 e 2019, identifica-se um crescimento contínuo do *stock* da dívida pública, com um crescimento de 39%, em 2014, para 84%, em 2018 (ver gráfico 1), em resultado de uma economia fortemente dependente do petróleo, pouco diversificada e competitiva, com estruturas produtivas em outros sectores ainda incipientes com margem de progressão, mas sem os investimentos necessários para transformar o potencial em real.

Em detalhe, este crescimento da dívida pública angolana deveu-se a quedas constantes nos preços do petróleo por barril no mercado internacional a partir de 2014, o que levou a redução drástica das receitas, de 50 mil milhões de dólares em 2013 para 23 mil milhões de dólares, em 2018. Para Rocha (2020), Diva (2024), Guerra e Júnior (2025), este

crescimento da dívida não é apenas pela redução das receitas, mas também pela grande dificuldade em ajustar o nível de despesas à nova realidade económica e financeira. Por outro lado, existem outras causas apontadas pelo Portal do Investidor (2019), tais como a desvalorização da moeda nacional do país face ao dólar que fez aumentar o crescimento da dívida, que é motivado pela existência de títulos indexados ao dólar e de dívidas em moeda estrangeira, quando expressas em Kwanzas.

Em 2020, a dívida pública angolana era de 79.886 milhões de dólares e diminuiu 16.089 milhões desde 2019. Este montante significa que a dívida, em 2020, atingiu 136,8% do PIB de Angola, um aumento de 23,28 pontos percentuais face a 2019, quando era de 113,6% do PIB. A posição de Angola, em comparação com o resto do mundo, piorou em 2020 em termos de percentagem do PIB (Countryeconomy, s.d.).

Metodologia

A investigação adopta uma abordagem quantitativa e empírico-analítica. Utiliza-se um modelo econométrico com base no método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), por forma a estimar-se um modelo com Regressão Linear Múltipla, para conhecer o impacto da dívida pública sobre o crescimento económico na economia angolana no período de 2000 até 2020, por meio do *software* econométrico *Stata*. Para a obtenção dos dados recorremos aos relatórios e bases de dados do Banco Mundial (BM), e do *Countryeconomy*.

Descrição do Modelo

A Regressão Múltipla é empregada nos estudos que envolvem mais de uma variável na explicação do regredido (Leocadio, 2014). Para tal, este estudo basear-se-á no modelo de Regressão Linear Múltipla, desenvolvido por Aragonez (2016), o qual pode ser apresentado através da expressão:

$$PIB = 1 + 2 \text{ DIV} + 3 \text{ INV} + 4 \text{ POP} + i$$

Onde: PBI: Taxa de crescimento do PIB real; DIV: Rácio Dívida Pública/PIB; INV: Rácio Investimento/PIB; POP: Rácio Poupança Nacional/PIB e i: Perturbação aleatória.

Resultados e discussão

Estatística Descritiva

No período em observação (2000 a 2020), a Taxa de Crescimento do PIB registou uma média de 5,17 %, tendo atingido o seu valor máximo de 14,15% e mínimo de -4,04 %. O

Rácio Dívida Pública/PIB apresentou uma média de 61,83%, com um máximo de 136,83% e mínimo de 18,73%. O Rácio Investimento/PIB registou um valor médio em torno de 25,82 %, com um máximo de 42,11% e mínimo de 0. O Rácio Poupança Nacional/PIB apresentou uma média de 29,32%, tendo atingido o seu valor máximo de 42,35% e mínimo de 0.

Tabela 3 Estatísticas descritivas

Variável	Máximo	Média	Desvio Padrão	Mínimo
PIB	14.15	5.172381	5.492505	-4.04
DIV	136.83	61.87857	36.91134	18.73
INV	42.11	25.82619	9.564776	0
POP	42.35	29.32381	11.54624	0

Fonte: Criação própria.

Tabela 4 Correlação entre as variáveis

	PIB	DIV	INV	POP
PIB	1.0000			
DIV	-0.6190	1.0000		
INV	0.1498	-0.6189	1.0000	
POP	0.4628	-0.7867	0.7825	1.0000

Fonte: Criação própria.

A tabela acima apresenta a correlação entre as variáveis, como podemos observar, não existe colinearidade perfeita entre as variáveis, nem uma correlação muito forte entre as variáveis que justifique a retirada de uma variável. Verifica-se uma correlação negativa entre as variáveis PIB e DIV, o que implica que um aumento na variável DIV provoca uma redução no PIB, no período em análise. Enquanto isso o INV e a POP apresentam uma correlação positiva com o PIB.

Tabela 5 Teste de Raiz Unitária

Variáveis	T- estat	V- Crítico	P- Valor	Decisão	Resultado	Observação
PIB	- 3,577	-3,6	0,03**	Rejeitar a H0	Estacionária	Com tendência
DIV	- 4,004	-4,38	0,0087*	Rejeitar a H0	Estacionária	Variável diferenciada
INV	- 3,539	-3,75	0,007*	Rejeitar a H0	Estacionária	-
POP	- 2,988	-3	0,036**	Rejeitar a H0	Estacionária	-

Página | 77

Fonte: Criação própria.

Nota: Para cada variável, optou-se por fazer o teste pela segunda equação com intercepto, mas sem inclinação. As variáveis são estacionárias pela primeira diferença.

* Estatisticamente significativo ao nível de significância de 1%

** Estatisticamente significativo ao nível de significância de 5%

Tabela 6 Estimação de Mínimos Quadrados Ordinário

Variável Dependente PIB		
Variável Independente	Coeficientes	P-Valor
Intercepto	-2,2573	0,493
DIV	-0.1803	0,002*
INV	-0,1081	0,485
POP	0,3408	0,011**
R-quadrado	0,647 (64,7%)	
R-quadrado ajustado	0,5808 (58,08%)	
Observações	21	

Fonte: Criação própria.**Nota:** A variável DIV esta diferenciada

* Estatisticamente significativo ao nível de significância de 1%

** Estatisticamente significativo ao nível de significância de 5%

$$\text{PIB} = -2,2573 - 0,1803 \text{ DIV} - 0,1081 \text{ INV} + 0,3408 \text{ POP}$$

$$R^2 = 0,647(64,7\%)$$

Tabela 7 Teste de Validação do Modelo

Breusch–Pagan	Breusch–Godfrey	Shapiro–Wilk
P-valor	P-valor	P-valor
0,3204*	0,0616*	0,21975*

Fonte: Criação própria.

* Nível de significância de 5%

Com vista a assegurar a consistência econométrica e a validade inferencial do modelo estimado, procedeu-se à realização de testes de diagnóstico destinados a verificar o cumprimento dos principais pressupostos do modelo clássico de regressão linear. Em particular, foram avaliadas a presença de heterocedasticidade, a autocorrelação serial dos resíduos e a normalidade dos resíduos, recorrendo, aos testes de Breusch–Pagan, Breusch–Godfrey e Shapiro–Wilk

A Tabela 7 apresenta os *p-valores* associados aos testes de diagnóstico realizados. Para à heterocedasticidade, o teste de Breusch–Pagan tem como hipótese nula a homocedasticidade ($H_0: \sigma^2 = \text{constante}$). O *p-valor* obtido de 0,3204 é superior ao nível de significância de 5%, pelo que não se rejeita a hipótese nula, indicando ausência de heterocedasticidade no modelo.

Relativamente à autocorrelação serial, o teste de Breusch–Godfrey avalia a hipótese nula de inexistência de autocorrelação dos resíduos (H_0 : ausência de autocorrelação). O *p-valor* obtido é de 0,0616 é superior ao nível de significância de 5%, permitindo não rejeitar a hipótese nula. Este resultado sugere que os resíduos não apresentam autocorrelação serial, o que reforça a adequação do modelo estimado.

Por fim, a normalidade dos resíduos foi analisada por meio do teste de Shapiro–Wilk, cuja hipótese nula estabelece que os resíduos seguem uma distribuição normal ($H_0: t \sim N(0,2)$). O *p*-valor obtido é de 0,21975 é superior ao nível de significância de 5%, pelo que não se rejeita a hipótese nula, indicando que os resíduos do modelo são aproximadamente normalmente distribuídos.

Os resultados dos testes de diagnóstico asseguram que o modelo estimado cumpre os pressupostos fundamentais do modelo clássico de regressão linear, conferindo robustez às estimativas obtidas e fiabilidade às inferências estatísticas.

A regressão foi realizada para verificar o impacto da dívida pública sobre o crescimento económico, foram utilizadas apenas 21 observações (sendo que o desejável seria pelo menos 30 observações, o que constitui uma limitação desta pesquisa), o coeficiente de determinação R^2 ajustado é de 64,7%, que implica que 64,7% da variação da taxa crescimento económico no período de 2000 a 2020, foram explicadas pelas variáveis DIV, INV e POP.

A tabela 6 mostra-nos que a variável Rácio Investimento/PIB não é estatisticamente significativa ao nível de 5%, o que significa que não é possível fazer inferência estatística do seu coeficiente, e apresenta um sinal esperado contrário à literatura económica. A variável poupança nacional e dívida pública mostraram-se estatisticamente significativa ao nível de 5%. O sinal da variável Rácio Dívida Pública/PIB foi negativo, justificado pelo facto de os aumentos na dívida, no período em estudo, não terem efeitos no PIB real na economia, já o sinal da variável poupança foi positivo, conforme esperado.

A equação mostra que o aumento em 1% na variação anual do Rácio Dívida Pública/PIB está associado, em média, a uma redução na Taxa de Crescimento do PIB real em 0,1803%, *ceteris paribus*. Por sua vez, o aumento na Poupança em 1% está associado, em média, a um aumento na Taxa de Crescimento do PIB real em 0,3408%, *ceteris paribus*. Os resultados evidenciam que a Dívida Pública exerceu um impacto negativo sobre o crescimento económico de Angola no período em análise, o que permite não rejeitar a hipótese nula da pesquisa, segundo a qual a dívida pública exerce um efeito negativo sobre o crescimento económico de Angola. Observa-se, assim, que a economia angolana se aproxima da concepção da teoria tradicional, segundo a qual níveis elevados de

endividamento público tendem a produzir efeitos adversos sobre o desempenho económico.

Este resultado pode ser explicado, em grande medida, pela limitada capacidade da economia angolana de se diversificar estruturalmente. Embora, ao longo do período em estudo, tenham sido implementados diversos programas de reconstrução, estabilização macroeconómica e reformas estruturais, grande parte dessas iniciativas não se traduziu em ganhos sustentáveis de produtividade nem em crescimento económico real. Consequentemente, o recurso à dívida pública não foi plenamente convertido em investimento produtivo capaz de impulsionar o crescimento de longo prazo, reforçando o efeito negativo identificado nas estimativas econométricas. Assim, há uma necessidade de forte articulação entre a política de endividamento e o plano de desenvolvimento nacional.

Conclusão

O presente estudo procurou analisar o impacto da dívida pública sobre o crescimento económico de Angola no período de 2000 a 2020 de modo a servir como base de informação e discussão entre pessoas interessadas em tratar do crescimento maduro do país a partir de uma abordagem quantitativa que permite medir e calcular matematicamente a realidade envolvente.

A teoria económica vê a relação entre endividamento público e crescimento económico, destacando-se duas teorias: tradicional, que argumenta que a dívida pode ter efeito positivo ou negativo sobre a economia, e ricardiana, que defende um efeito neutro da dívida sobre a economia. Buscamos identificar as principais discussões da literatura empírica mostrando trabalhos publicados sobre o tema, envolvendo diferentes abordagens econométricas, destacando-se as que trazem a ideia de que podem existir limites para além dos quais a acumulação de dívida pública prejudica o crescimento económico, havendo, assim, uma correlação negativa onde mais dívida causa menos crescimento.

Na evolução histórica da dívida pública angolana e na análise da sua sustentabilidade, constatou-se que, durante o período em estudo, a dívida pública foi sustentável, mas o risco aumentou e subsistem vulnerabilidades.

O modelo estimado de regressão linear múltipla através dos mínimos quadrados ordinários confirma a hipótese levantada de que a dívida pública tem de facto um efeito negativo no crescimento económico, esse valor é estimado endogenamente em 0,1803%. Desta forma, dívida pública elevada está normalmente associada a aumentos da carga fiscal e reduções da despesa pública, com o intuito de a fazer reduzir. Estas medidas tendem a ter impacto directo no rendimento das famílias que, consequentemente, diminuem os seus níveis de consumo, bem como o investimento público e privado. A redução combinada de três grandes componentes da despesa prejudica necessariamente o crescimento económico.

A dívida pública teve um impacto negativo sobre o PIB no período em análise, ainda que seja pouco expressivo, indo desta forma ao encontro dos resultados da maior parte da literatura sobre este tema.

Os resultados sugerem que é fundamental que a política de endividamento de Angola esteja associada a uma estratégia coerente de transformação estrutural da economia, orientada para a diversificação produtiva, o fortalecimento da poupança interna e a melhoria da eficiência do investimento público.

Referências Bibliográficas

Aragonez, R. Abegoaria (2016). Mestre em Economia Monetária e Financeira.

Alvim, V. (2017). O sistema da dívida pública: novo regime fiscal e a restauração neoliberal da era FHC. *Revista NECAT-Revista Do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense*, 6(12), 52–80.

António, D. F. (2022). As consequências da crise económica na administração pública Angola no período de 2002-2009. 33–34.

António, E. (2021). O Sucessivo Endividamento Público e o Crescimento Económico Angolano: Estudo de Caso.

Calaça, J. M. M. (n.d.). Distribuição de renda e dívida pública no Brasil. *Revista Visionsi Latino Americane*.

Conceição, E. (2013). O Efeito da Dívida Pública Externa e do Endividamento em S. Tomé e Príncipe.

Diva, A. G. (2024). Panorama das finanças públicas de Angola: análise das receitas e despesas no período de 2012 a 2021.

Tavares; Dos Santos Muhongo. (2021). Impacto da dívida Pública no Plano Nacional de Angola na educação de jovens e adultos. *Revista Primeira Evolução*, 1(22), 67–78.

Gomes, J. M. (2016). 21 anos de Plano Real, sistema da dívida e ajuste fiscal. *Universidade e Sociedade*, 26(57).

Guerra, D. L. B., & Júnior, J. L. da S. N. (n.d.). Dívida pública e crescimento económico na américa latina: uma análise para o período de 1990 a 2018.

Loureiro, M. R., & Calabrez, F. (2020). Capacidade estatal e dívida pública no Brasil: O Caso da Secretaria do Tesouro Nacional. *Revista de Sociologia e Política*, 28(75), e002.

Mankiw, G. (2008). *Macroeconomics* (5e - Unknown_584.

Mutange, Z. D. (2025). O impacto da dívida pública no crescimento económico de países em desenvolvimento.

Navarro, R. (2022). Avaliação da sustentabilidade da dívida pública no Brasil.

Pereira, P. T. (2009). Despesa pública, política orçamental e reforma do Estado.

Pinto, N. G. M., Coronel, D. A., Vieira, K. M., & Ceretta, P. S. (2015). A influência dos factores socioeconómicos no endividamento dos municípios do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 11(1).

Portal do Investidor. (2019). Relatório do Ministério das Finanças de Angola. www.minfin.gov.ao

Económico de Angola Até 2017–As Componentes Financeiras. Centro de Estudos e Investigação Científica Da Universidade Católica de Angola, Luanda.

Rocha, L. M. C. (2021). O impacto da dívida pública no crescimento económico: uma análise empírica.

Salgado, S. (2021). Sustentabilidade financeira e contabilidade governamental: o papel das IPSAS na sustentabilidade financeira dos governos centrais dos países.

Sampaio, T. V. M. (2012). Directrizes e procedimentos metodológicos para a cartografia de síntese com atributos quantitativos via álgebra de mapas e análise multicritério. *Boletim de Geografia, Maringá*, 30(1), 121–131.

Samuelson; Nordhaus. (2005). *Economia*_18-ed.

Santos, A. D. (2017). Angola-Um estudo de caso sobre a dívida pública.

Santos, F. P. dos. (2000). O Plano Real e o crescimento da dívida pública no Brasil.

Schwarzbach, E. de P. (2008). Dívida pública interna: uma análise crítica do seu comportamento no Brasil, após o Plano Real.

Simões, T. C. (2016). A actuação anticíclica do BNDES diante da crise de 2008.

Tavares, J. M. H. (2024). Mecanismos, resultados e restrições das políticas económicas do período 2015-2022: a escolha pela austeridade fiscal.

Valério, N. (2000). A dívida pública externa e os investimentos estrangeiros. JANUS 1999-2000-Dinâmicas e Tendências Das Relações Externas.

Recebido: 2025-10-01
Aceite: 2026-01-22



Este artigo está licenciado sob a licença: [Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Ao submeter o manuscrito o autor está ciente de que os direitos de autor passam para a Revista Científica Mupanda.